

Anexo 2

Resultados da consulta sobre Transparência Ambiental e Dados Abertos

Compromisso 15 do 3º Plano de Ação de Governo Aberto junto a OGP

Dezembro de 2017

Sumário

Transparência Ambiental e dados abertos: compromisso 15 do 3º Plano de Ação de Governo Aberto junto a OGP	3
Atuação dos participantes	3
Conhecimentos sobre Dados Abertos e Lei de Acesso à Informação	5
Unidades de Conservação	8
Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento	12
Exploração Florestal	16
Regularização Ambiental	20
Concessões Florestais	24
Licenciamento Ambiental	28

Transparência Ambiental e dados abertos: compromisso 15 do 3º Plano de Ação de Governo Aberto junto a OGP

O 3º Plano de Ação Nacional do Brasil para Governo Aberto 2017-2018 contém o compromisso “Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente”. Seu objetivo é criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente, com focos principais em questões florestais e de licenciamento ambiental. Uma das etapas para atingir esse compromisso é levantar as expectativas da sociedade sobre a disponibilização de informações ambientais.

Assim, entre setembro e outubro de 2017 foi realizada uma consulta/pesquisa pública sobre transparência ambiental e dados abertos, com o objetivo de capturar as percepções e demandas sobre publicidade de informações ambientais em cinco temas: (1) Unidades de Conservação; (2) Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento; (3) Exploração Florestal; (4) Concessões Florestais; (5) Regularização Ambiental; e, (6) Licenciamento.

No total, foram 253 respostas distribuídas nos 5 temas. A maioria das respostas foram direcionadas a Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento (70 respostas), seguido de Licenciamento Ambiental, que obteve 51 respostas. Unidades de Conservação e Regularização Ambiental tiveram 45 e 43 participantes, respectivamente. O tema com menor participação foi Concessões Florestais, com apenas 6 respondentes (Figura 4).

Atuação dos participantes

A maioria dos participantes trabalham no setor privado (27%), seguido daqueles vinculados à organizações da sociedade civil (25%). Pessoas ligadas a instituições de ensino e órgãos públicos também tiveram uma participação significativa (**Figura 1**).

Pelo menos 20 pessoas disseram atuar em cada um dos estados ou Distrito Federal (Figura 2), com destaque para uma maior participação de pessoas que atuam em São Paulo, Pará e Mato Grosso. Também houve participantes com atuação nos diferentes biomas do Brasil (Figura 3), com maior concentração na Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado (60%, 54% e 46%, respectivamente), sendo que muitos respondentes atuam em mais de um bioma.

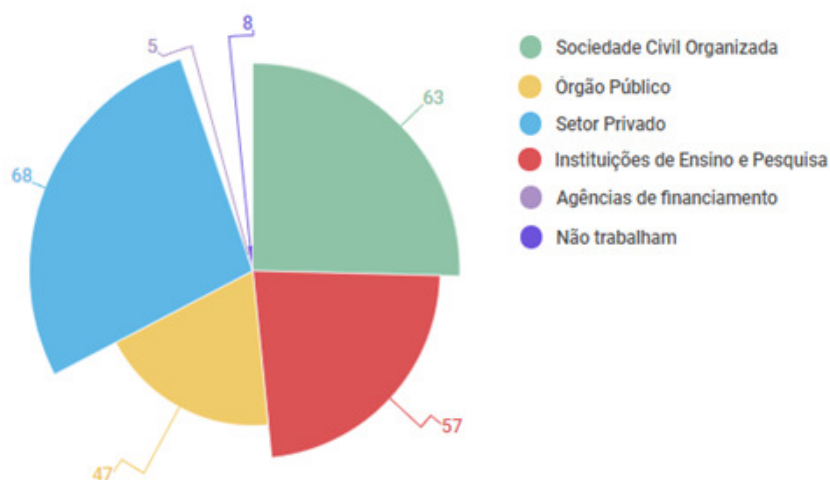


Figura 1. Tipo de organização na qual o entrevistado trabalha.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

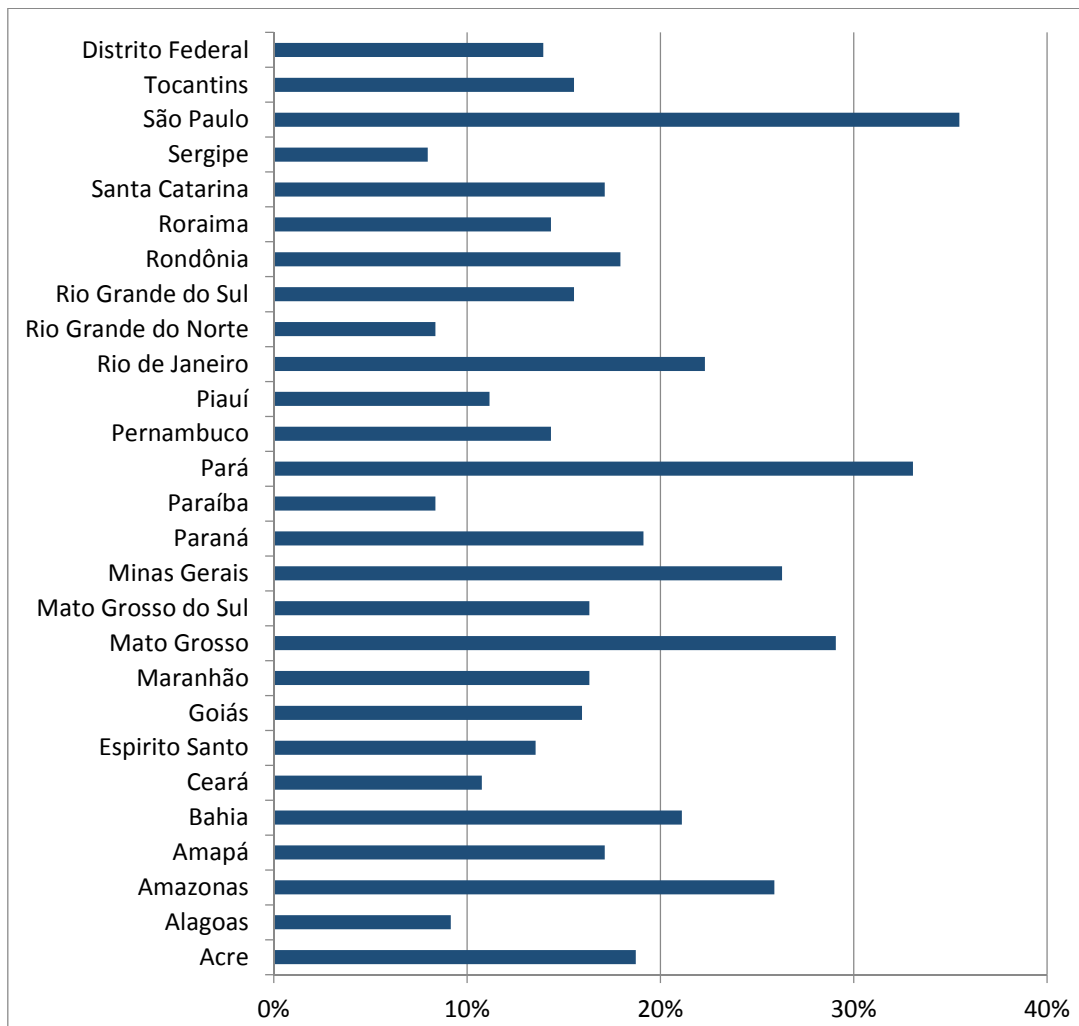


Figura 2. Estados onde os participantes trabalham.

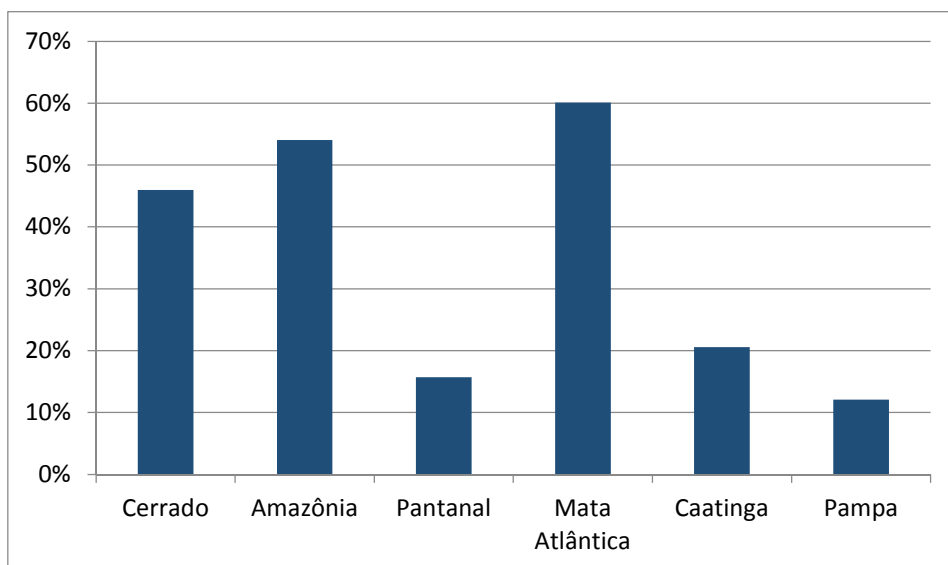


Figura 3. Biomas onde os participantes atuam.

Resultados preliminares da consulta pública Transparência Ambiental e dados abertos

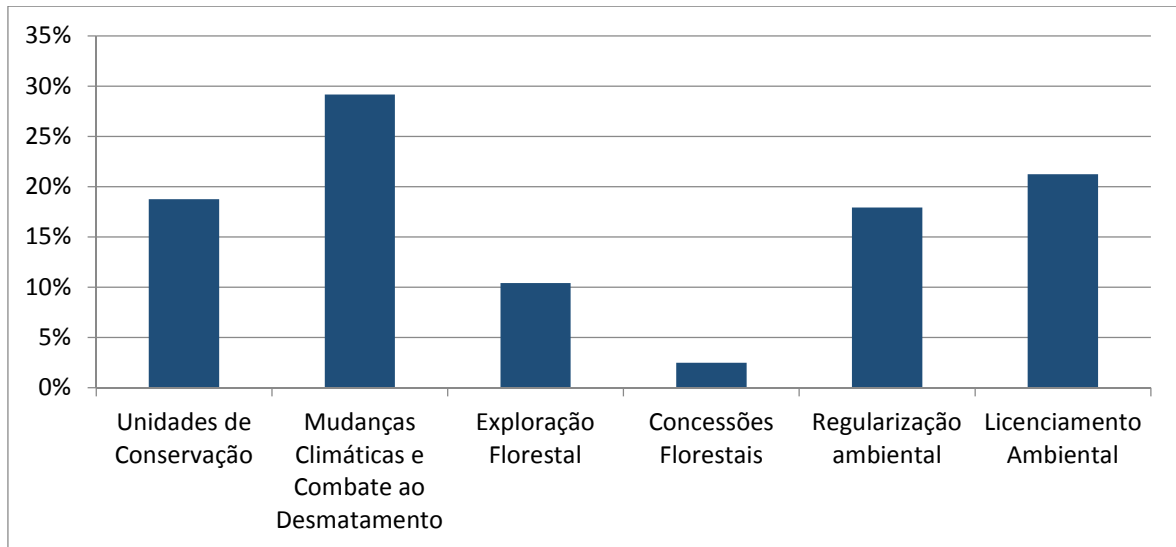


Figura 4. Temas com os quais os participantes trabalham.

Conhecimentos sobre Dados Abertos e Lei de Acesso à Informação

Grande parte dos participantes da consulta dependem da transparência ativa dos órgãos ambientais para acessar informações ambientais (88%). Mas os usuários também se reportam diretamente ao servidores públicos (48%) para obter a informação que desejam (Figura 5). Dentre as outras fontes comentadas, temos publicações e websites de ONGs, artigos científicos e livros, redes de parceiros e mídia.

Sobre os conhecimentos dos participantes sobre Governo Aberto, 52% afirmaram desconhecer ou ter conhecimento baixo sobre a Lei de Acesso a informação (Figura 6). Já, para dados abertos a maior parte dos entrevistados responderam ter de baixo a médio conhecimento sobre o assunto (68%) (Figura 7). A Política Nacional de Dados Abertos, contudo, é o assunto menos conhecido do público que respondeu a consulta. Apenas 1/3 dos participantes afirmaram ter conhecimentos de médio a muito alto sobre a Política (Figura 7. Auto avaliação do grau de conhecimento sobre o conceito de dados abertos e seus princípios.

).

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

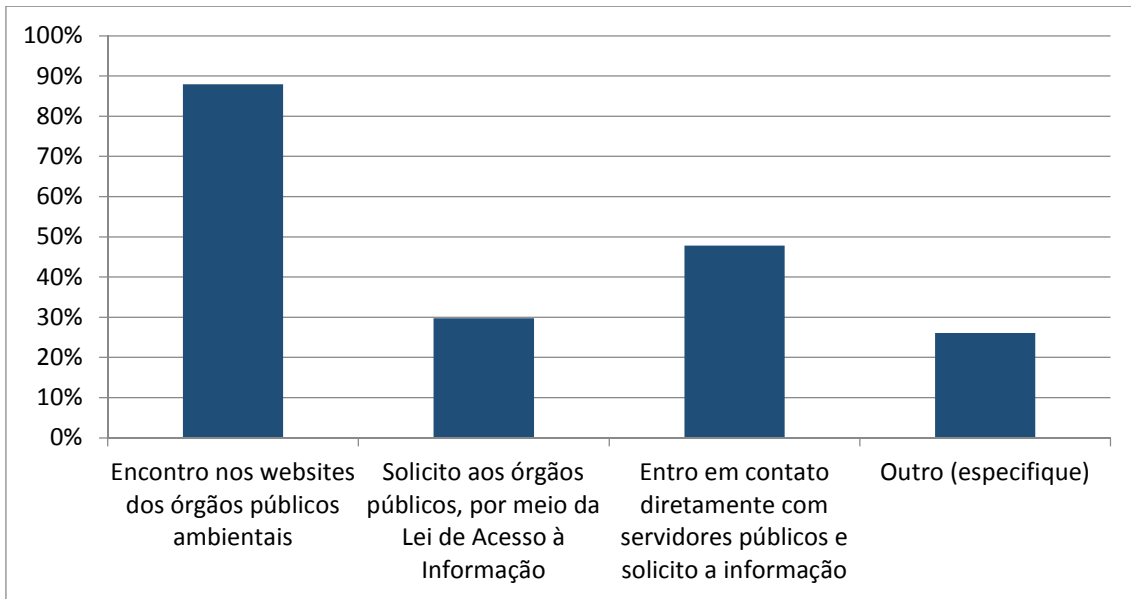


Figura 5. Formas como os participantes acessam informações.

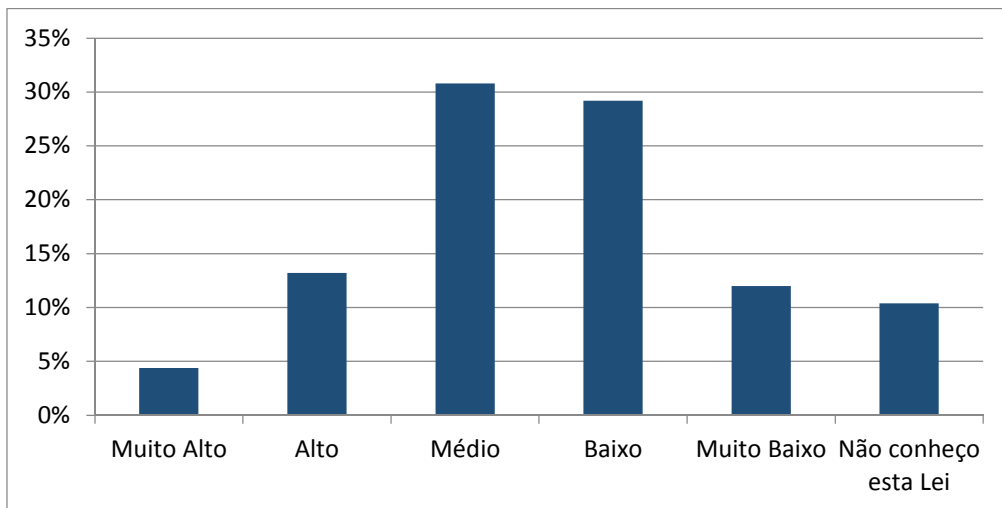


Figura 6. Auto avaliação do grau de conhecimento sobre a Lei de Acesso a Informação e seus procedimentos e prazos.

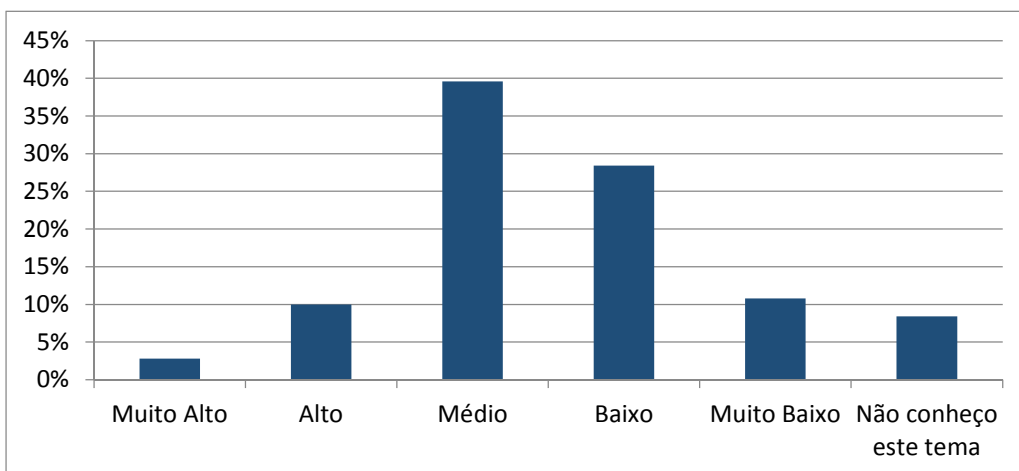


Figura 7. Auto avaliação do grau de conhecimento sobre o conceito de dados abertos e seus princípios.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

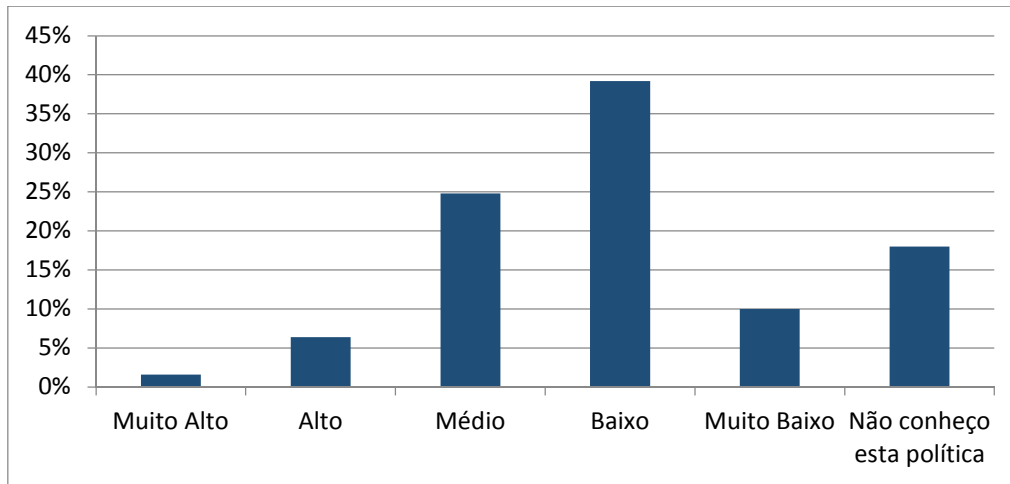


Figura 8. Auto avaliação sobre o grau de conhecimento da Política Nacional de Dados Abertos (Decreto nº8.777/2016).

Unidades de Conservação

As informações mais utilizadas para Unidades de Conservação (UCs) foram: legislação sobre as UCs, a taxa de desmatamento no interior das UCs e os Planos de Manejo (Figura 9). Outras informações que não estavam na lista, mas foram citadas pelos participantes foram: mapa de parceiros atuantes em UCs, apoio a educação ambiental, demarcação e sinalização, infrações no interior e entorno de UCs, informações sobre alteração de UCs.

Quando questionados sobre a disponibilidade das informações, os instrumentos de criação, as leis e normas, bem como os limites das UCs foram aquelas em que, na percepção dos usuários, predominou a disponibilidade. Em 17 das informações listadas, as avaliações negativas dos usuários quanto a disponibilização do dado foram superiores as positivas (Figura 10). As únicas informações onde as avaliadas positivas sobre a disponibilização adequada sobressaíram foram em leis e normas e arquivos vetoriais e limites das UCs (Figura 11).

Sobre o detalhamento das informações, foi ressaltado que geralmente na execução e monitoramento do Plano de Manejo carecem de informações sobre responsável pelo monitoramento, não estão disponíveis informações sobre quem pode ser conselheiro nos Conselhos Gestores das UCs e critérios para participação e faltam dados sobre recursos de compensação ambiental aplicados por UC, como valor e aplicação.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

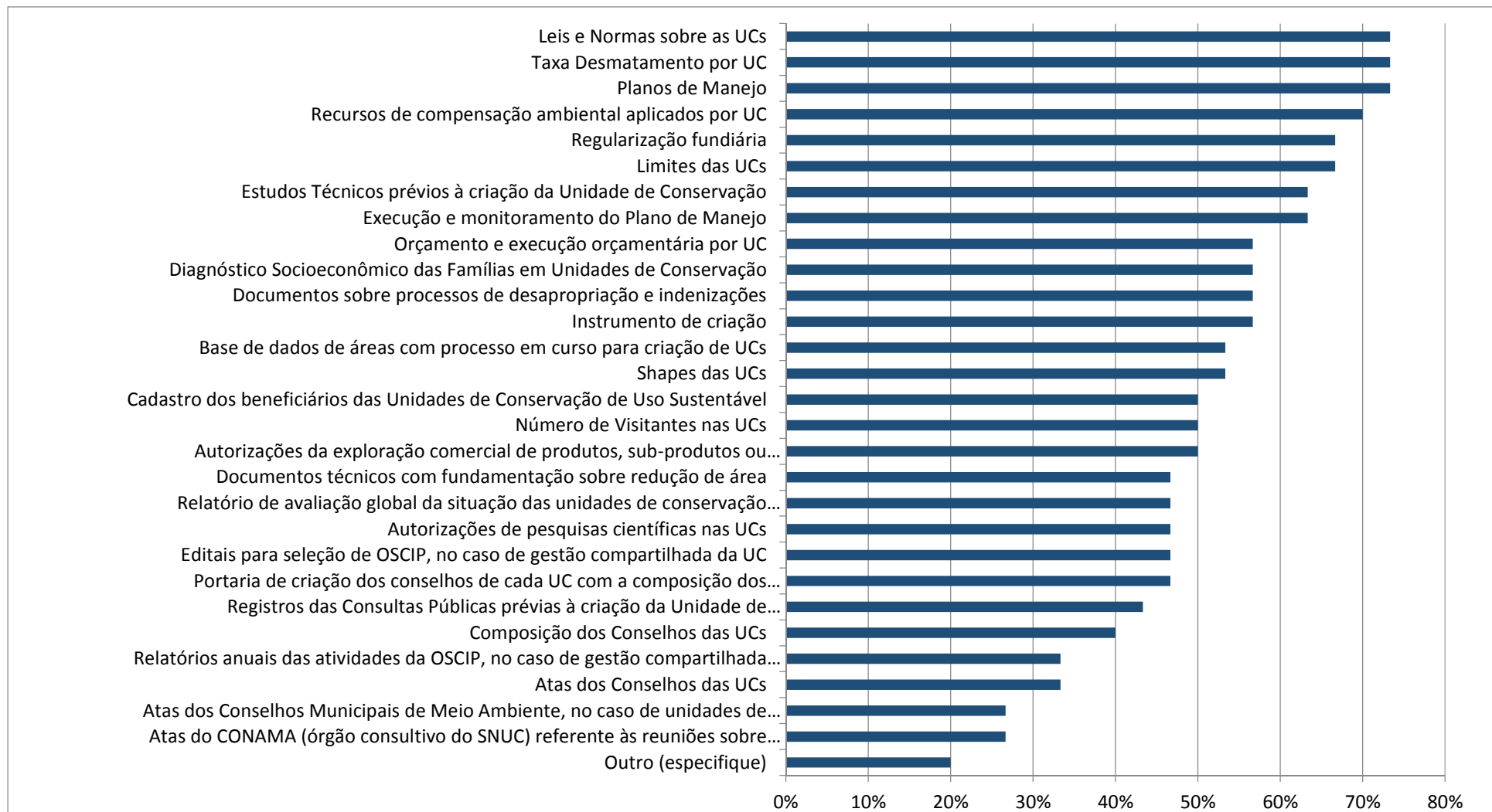


Figura 9. Informações necessárias para atuar no tema de Unidades de Conservação.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

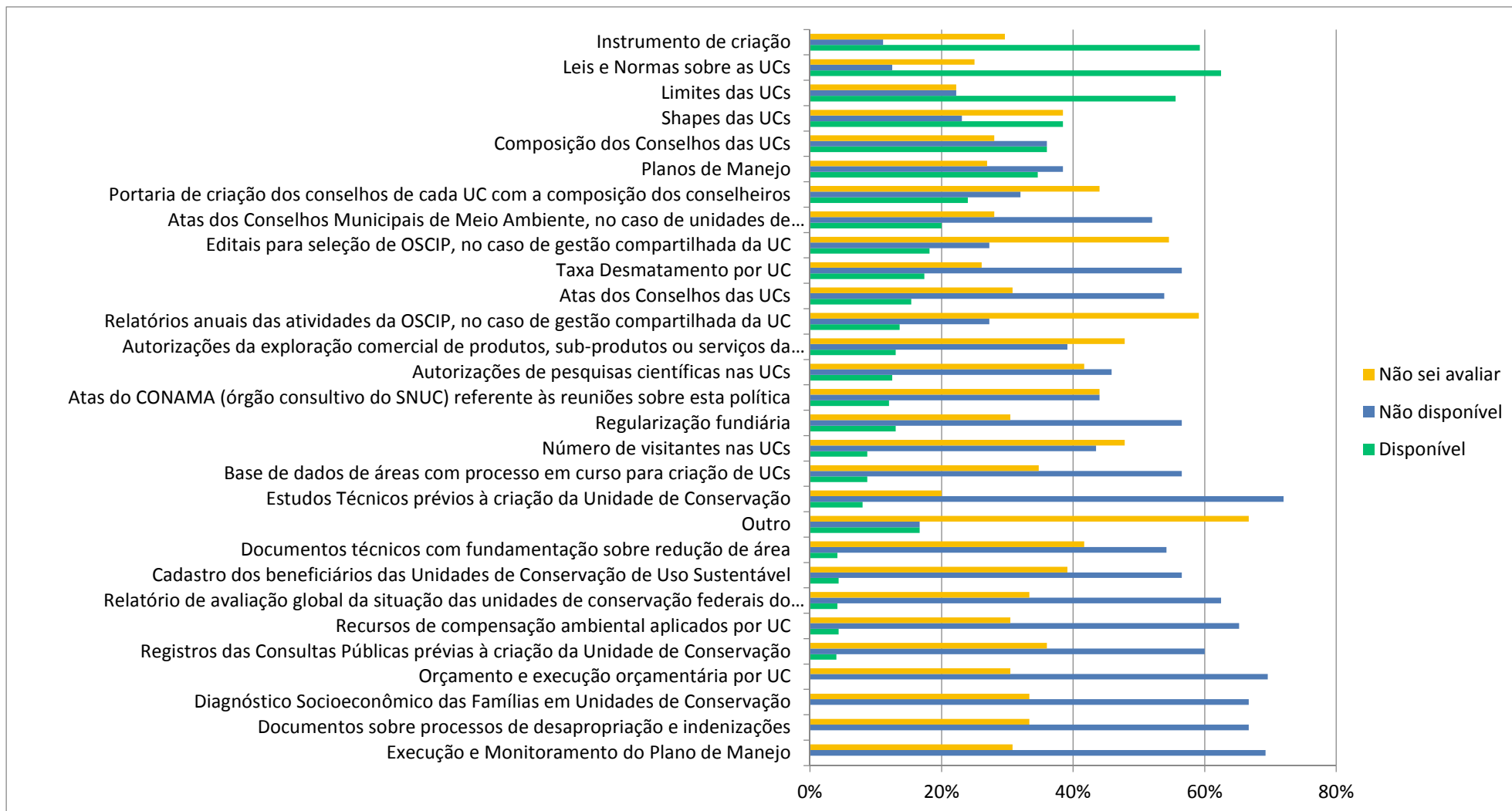


Figura 10. Avaliação dos usuários quanto a disponibilidade da informação.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

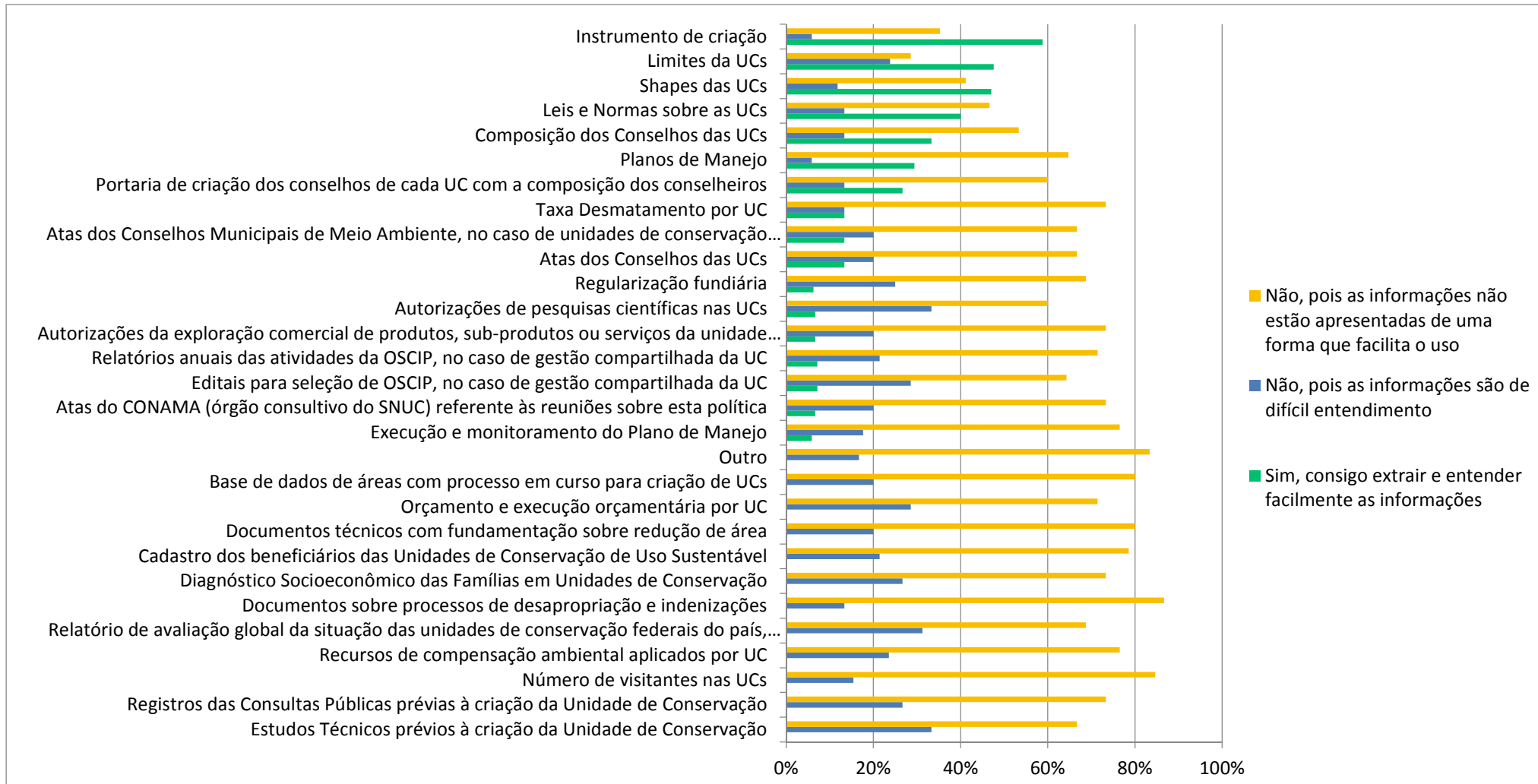


Figura 11. Avaliação quanto a disponibilização de forma adequada da informação.

Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento

As informações com maior utilização pelos participantes no tema de Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento são: taxa de desmatamento anual, dados de degradação, autos de infrações florestais e autorizações de desmatamento (Figura 12). Outras informações que não estavam listadas, mas foram citadas são: dados sobre REDD; monitoramento da biodiversidade; condenações por crimes ambientais; inventário florestal; beneficiários do crédito rural; e, nota fiscal (gado).

Quando questionados sobre a disponibilidade das informações, os dados de desmatamento por biomas e as bases do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram aquelas em que, na percepção dos usuários, predominou a disponibilidade. Em 6 das informações listadas, as avaliações negativas dos usuários quanto a disponibilização do dado foram superiores as positivas (Figura 13). A única informação onde as avaliações positivas sobre a disponibilização adequada sobressaíram foram em taxa de desmatamento anual (Figura 14).

Sobre o detalhamento das informações foi ressaltado que falta a identificação dos imóveis e proprietários do CAR, assim a situação dos PRADs (cronograma de implementação, indicadores), os dados consolidados (não apenas por município), áreas de APP e RL. Para o desmatamento anual, é preciso ainda disponibilizar informações sobre os outros biomas que não Amazônia. Quanto a degradação florestal anual dos biomas, as informações estão desatualizadas (2013 último dado) e referem-se apenas para a Amazônia. Para a base de dados e métodos de cálculo utilizados para a elaboração de inventários de emissão e remoção de Gases de Efeito Estufa ainda é necessário especificar a metodologia completa dos cálculos. Já para as Autorizações de desmatamento do IBAMA é necessário georreferenciar os dados, bem como para as autorizações emitidas pelos estados.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

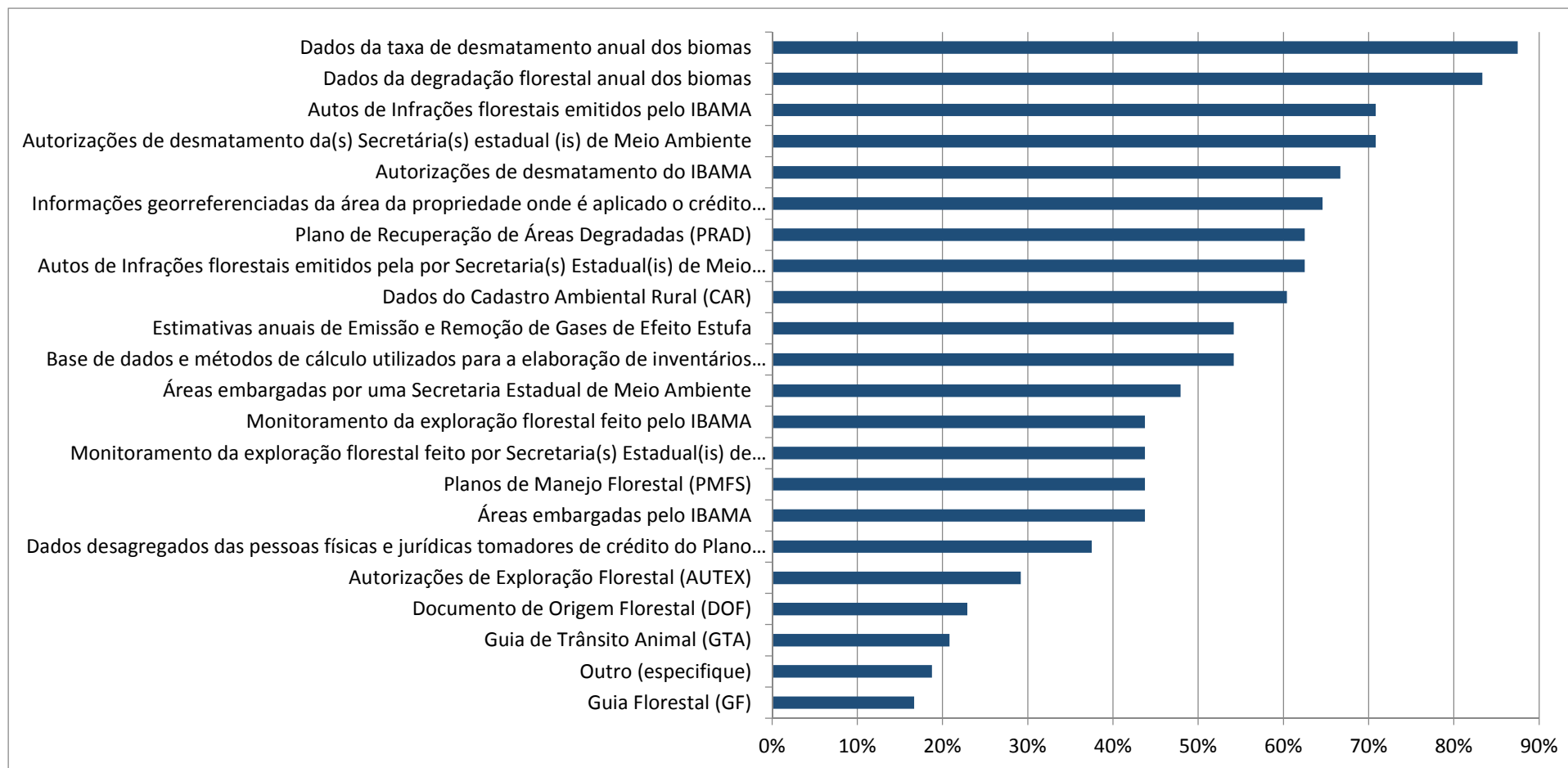


Figura 12. Informações necessárias para atuar no tema de Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

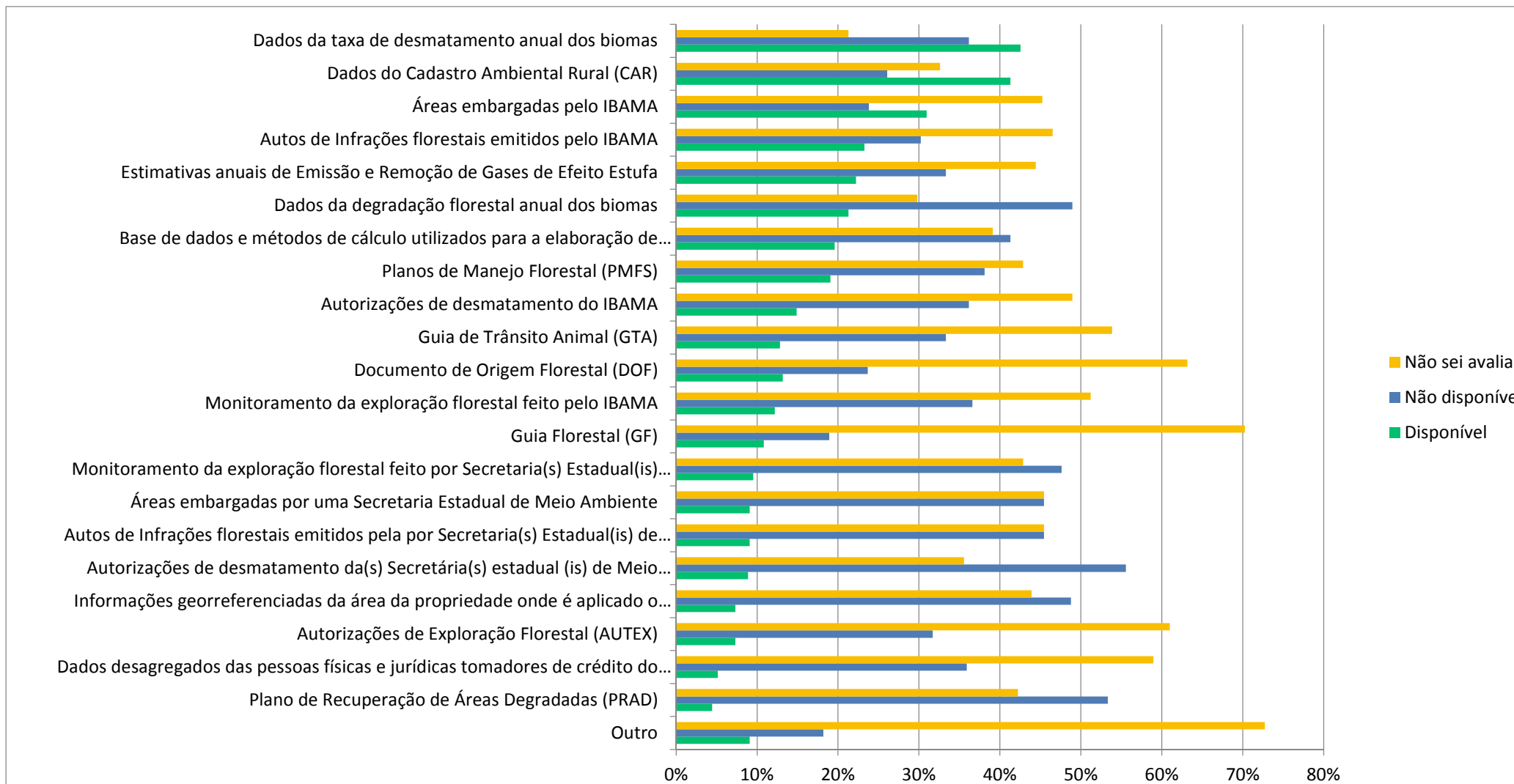


Figura 13. Avaliação quanto a disponibilização de informações sobre Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

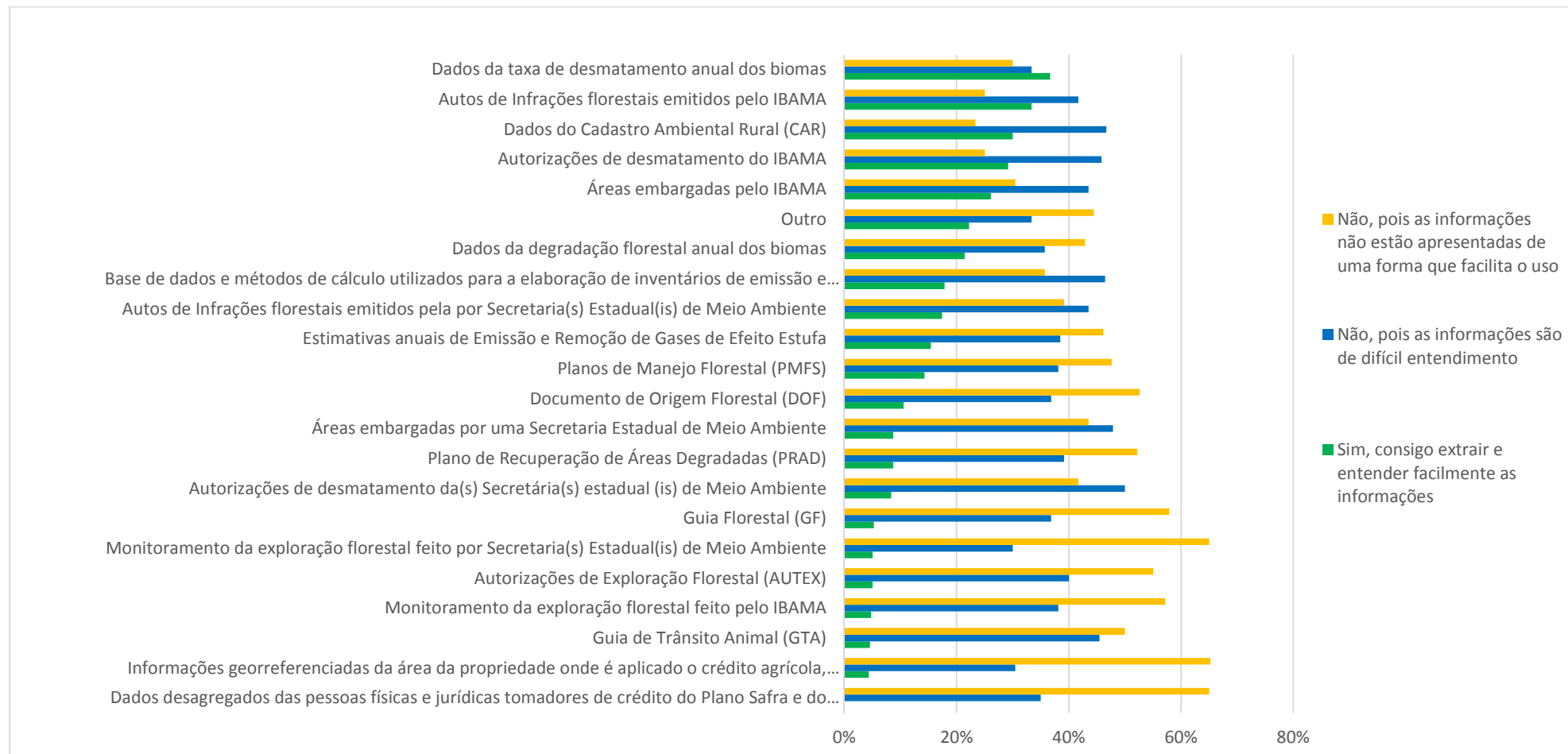


Figura 14. Avaliação da disponibilização adequada de informações sobre Mudanças Climáticas e Combate ao Desmatamento.

Exploração Florestal

As informações com maior utilização pelos participantes no tema de Exploração Floresta são: Planos de Manejo Florestal (PMF) e as leis e normas sobre exploração florestal (Figura 15). Outras informações que não estavam listadas, mas foram citadas, são: produtos certificados e contrato de comodato em casos de arrendamento.

Quando questionados sobre a disponibilidade das informações, as leis e normas sobre exploração e as bases do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram aquelas em que, na percepção dos usuários, predominou a disponibilidade. Em 10 das informações listadas, as avaliações negativas dos usuários quanto a disponibilização do dado foram superiores as positivas (Figura 16). A única informação onde as avaliações positivas sobre a disponibilização adequada sobressaíram foi o CAR (Figura 17).

Sobre o detalhamento das informações foi ressaltado que falta informações completas sobre CAR, Licença Ambiental Rural e DOF, incluindo também as características das espécies florestais na DOF. A identificação dos tipo, modelo e idade dos maquinários e informações sobre treinamento dos operadores no monitoramento da exploração florestal também foi mencionado como detalhamento indisponível. Assim como faltam mapa de exploração, lista de espécie e fórmula dealométrica nos Planos de Manejo Florestal.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

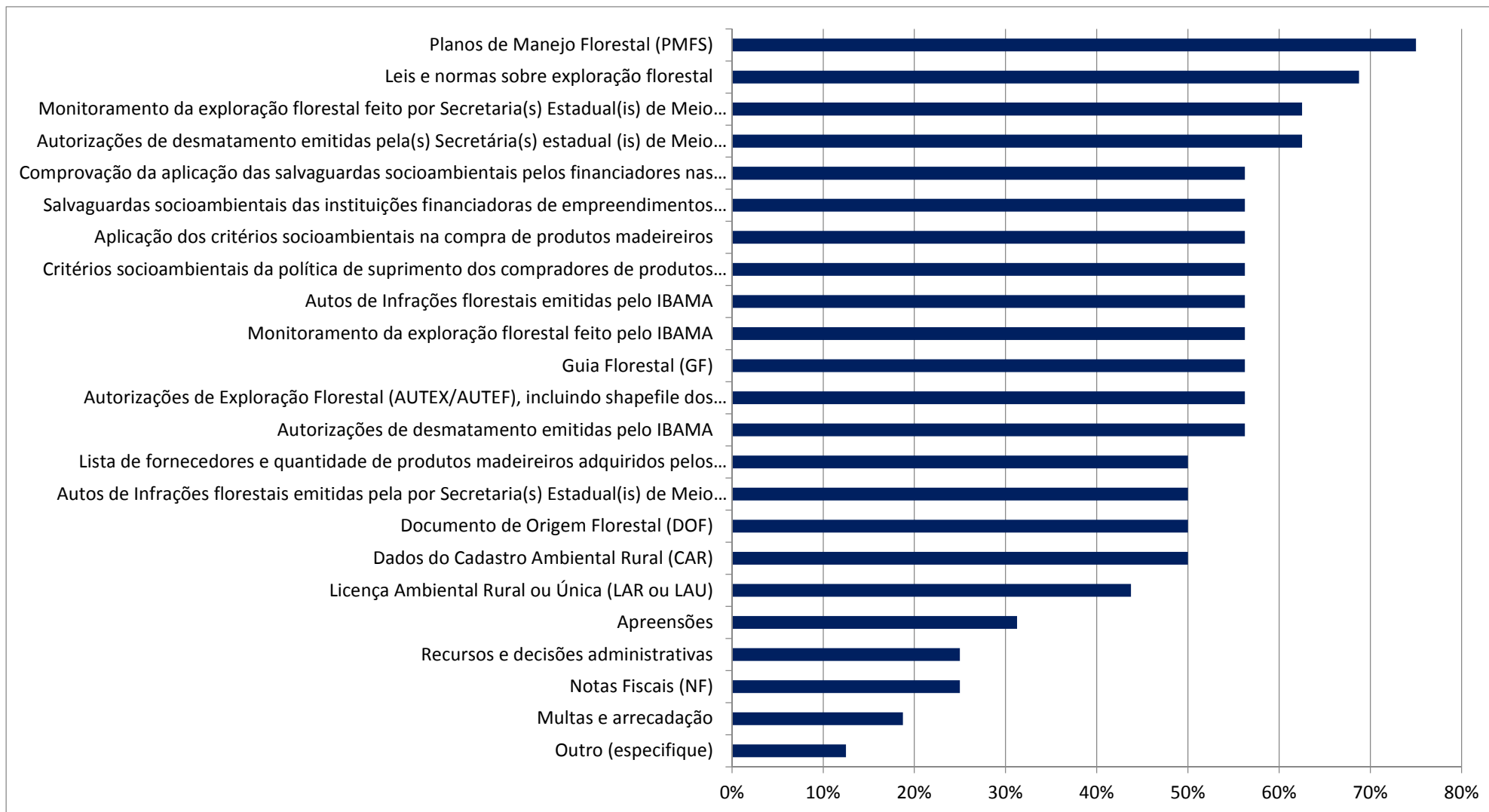


Figura 15. Informações necessárias para atuar no tema de Exploração Florestal.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

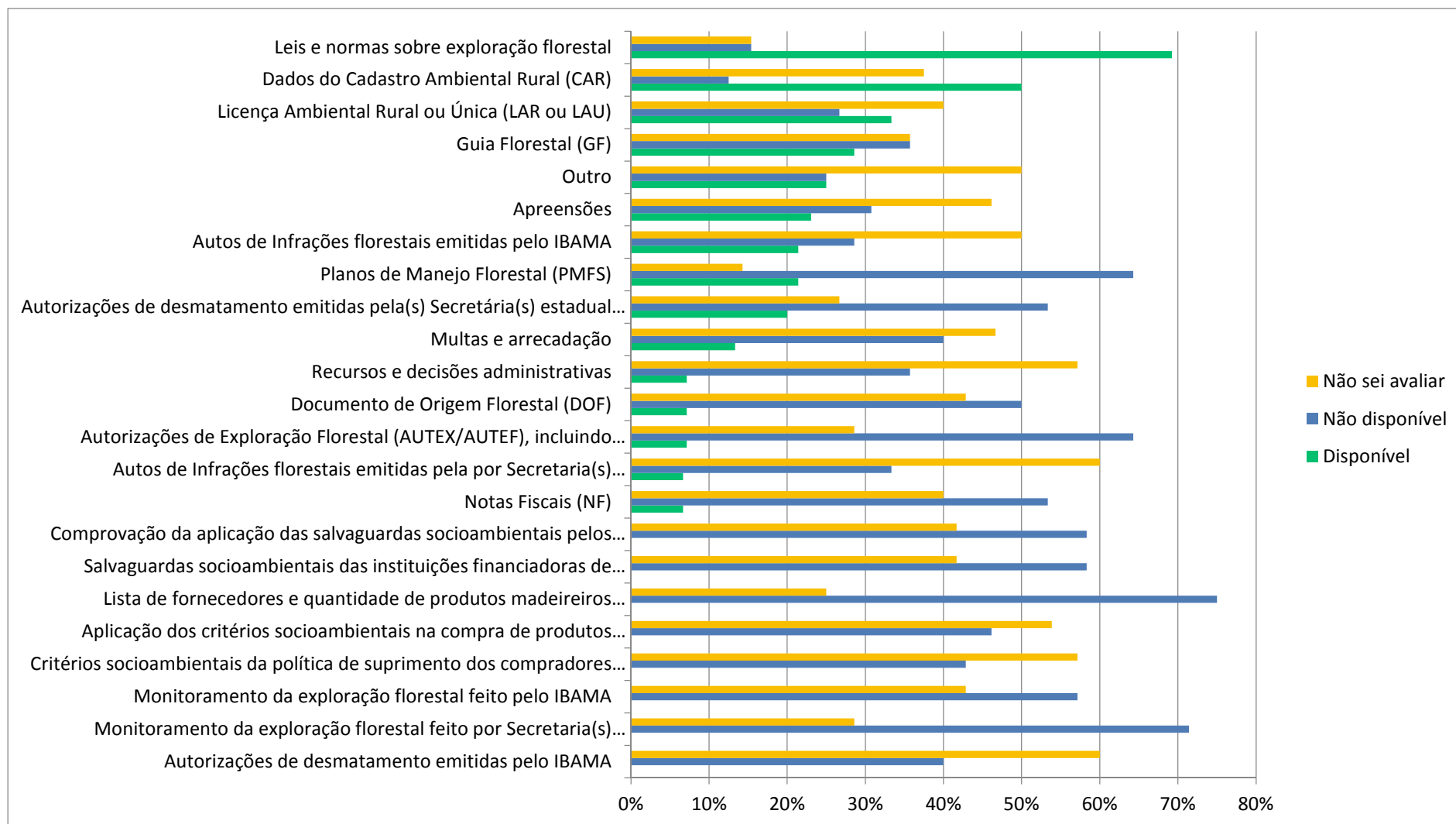


Figura 16. Avaliação quanto a disponibilização de informações sobre Exploração Florestal.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

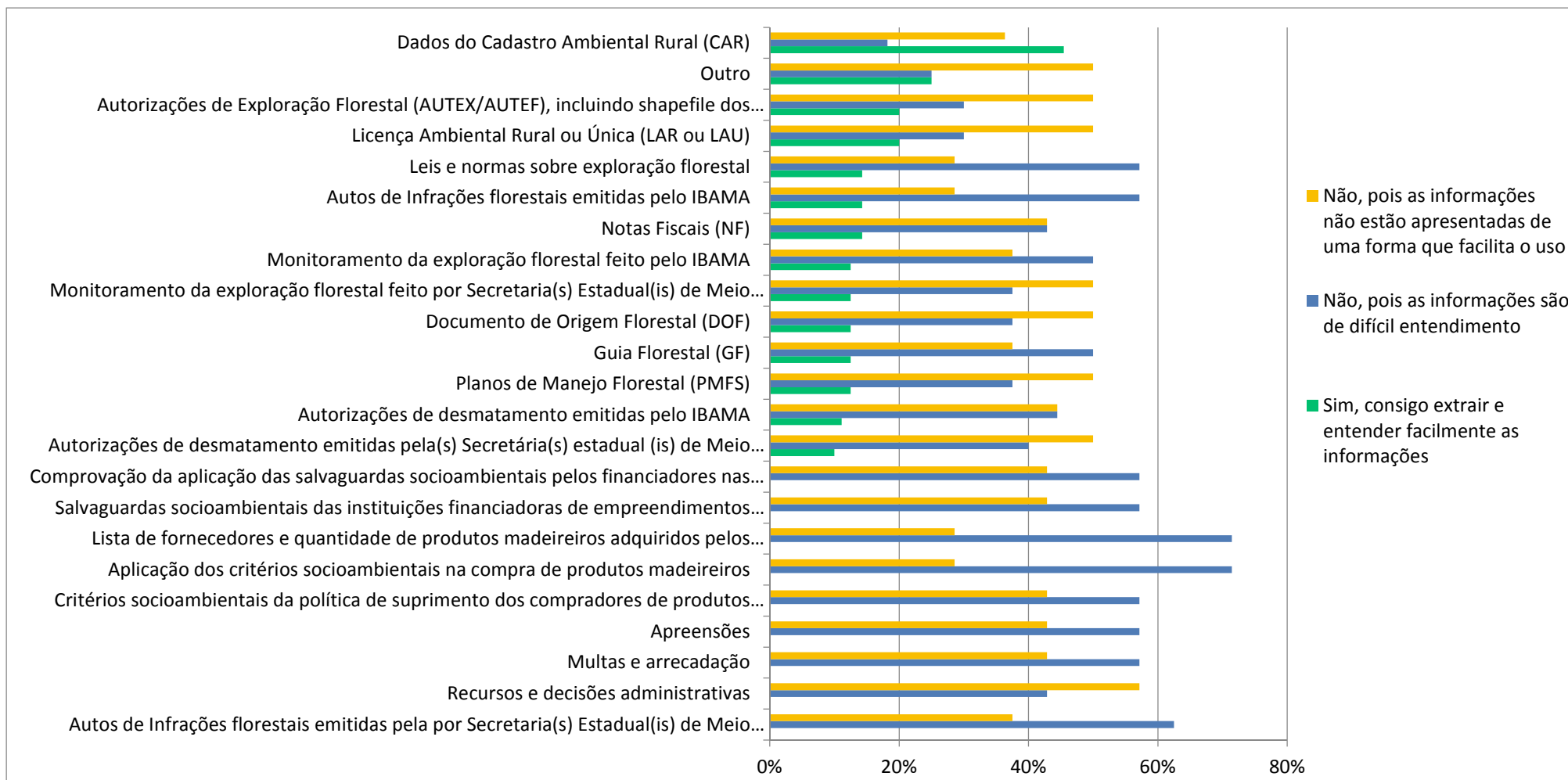


Figura 17. Avaliação da disponibilização adequada de informações sobre Exploração Florestal.

Regularização Ambiental

As informações com maior utilização pelos participantes no tema de Exploração Floresta são: Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e os dados do CAR em diferentes níveis de detalhamento (Figura 18). Outras informações que não estavam listadas, mas foram citadas, são: áreas embargadas, autorizações de desmatamento, recebimento por serviços ambientais, dados sobre áreas protegidas e populações tradicionais.

Quando questionados sobre a disponibilidade das informações, os dados do CAR foram aquelas em que, na percepção dos usuários, predominou a disponibilidade. Em 9 das informações listadas, as avaliações negativas dos usuários quanto a disponibilização do dado foram superiores as positivas (Figura 19). As únicas informações onde as avaliações positivas sobre a disponibilização adequada sobressaíram foram aquelas voltadas ao CAR (Figura 20).

Sobre o detalhamento das informações foi ressaltado que faltam detalhamentos das seguintes informações:

- CAR: dados cadastrais, e quantitativo por empresa que elaborou o cadastro, atualização dos dados vetoriais;
- Licenciamento Ambiental Rural ou Única (LAR ou LAU): dados vetoriais e cadastrais atualizados, padronização entre os estados;
- Termos de compromisso: número de termos e prazo de validade, documento na íntegra;
- Termo de compensação de reserva legal: documento na íntegra;
- PRAD: dados de quem aderiu, documento na íntegra;
- Monitoramento dos Termos de Compromisso: metodologia detalhada por estado, documento na íntegra;
- Multas e arrecadação: valor arrecadado e parcelas
- Base do Terra Legal: atualização dos dados, e disponibilização da base completa do SIGEF.

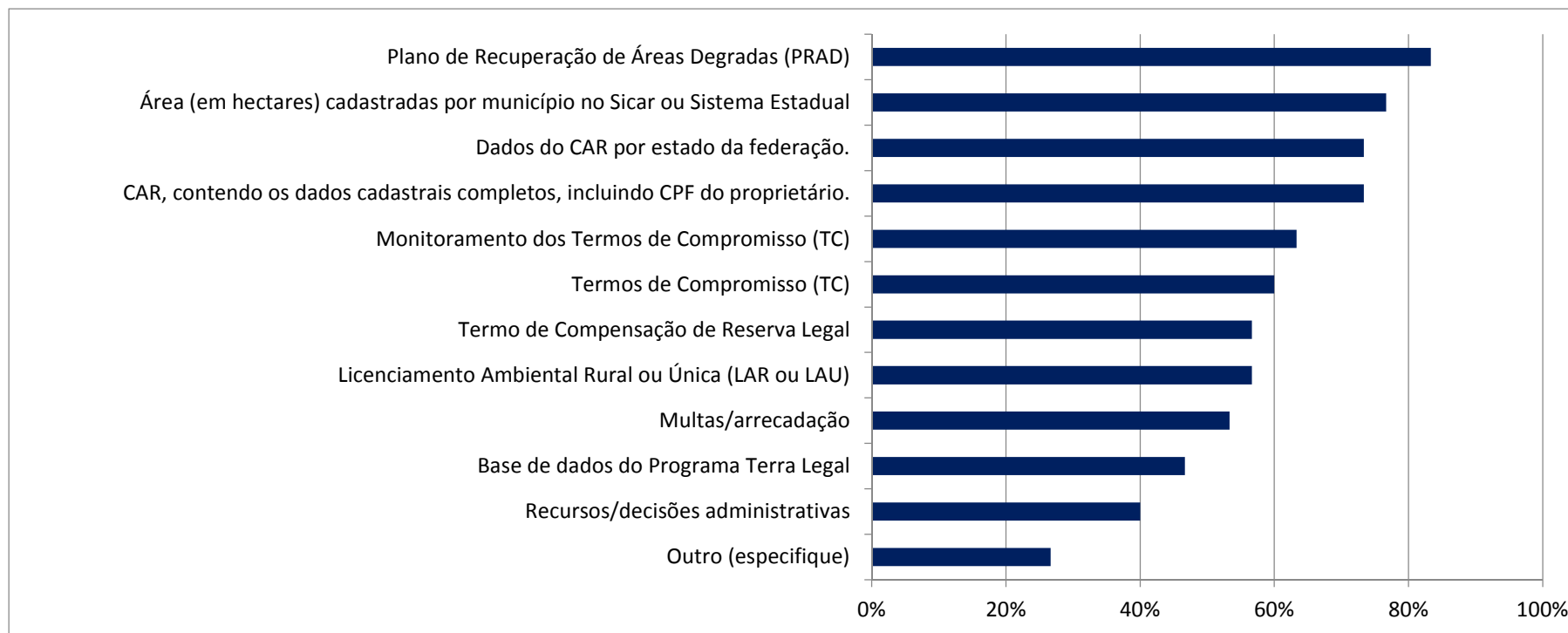


Figura 18. Informações necessárias para atuar no tema de Regularização Ambiental.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

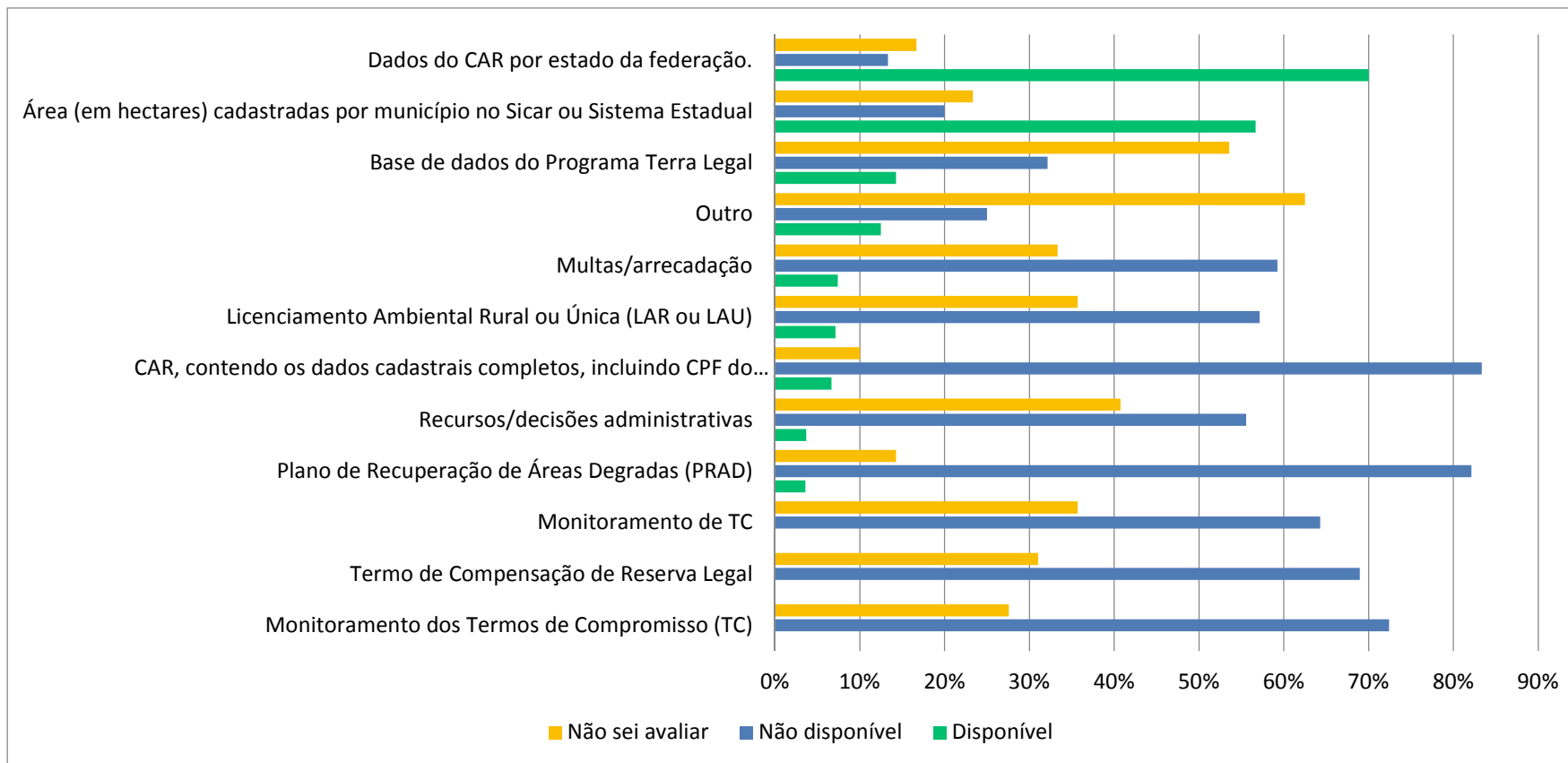


Figura 19. Avaliação quanto a disponibilização de informações sobre Regularização Ambiental.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

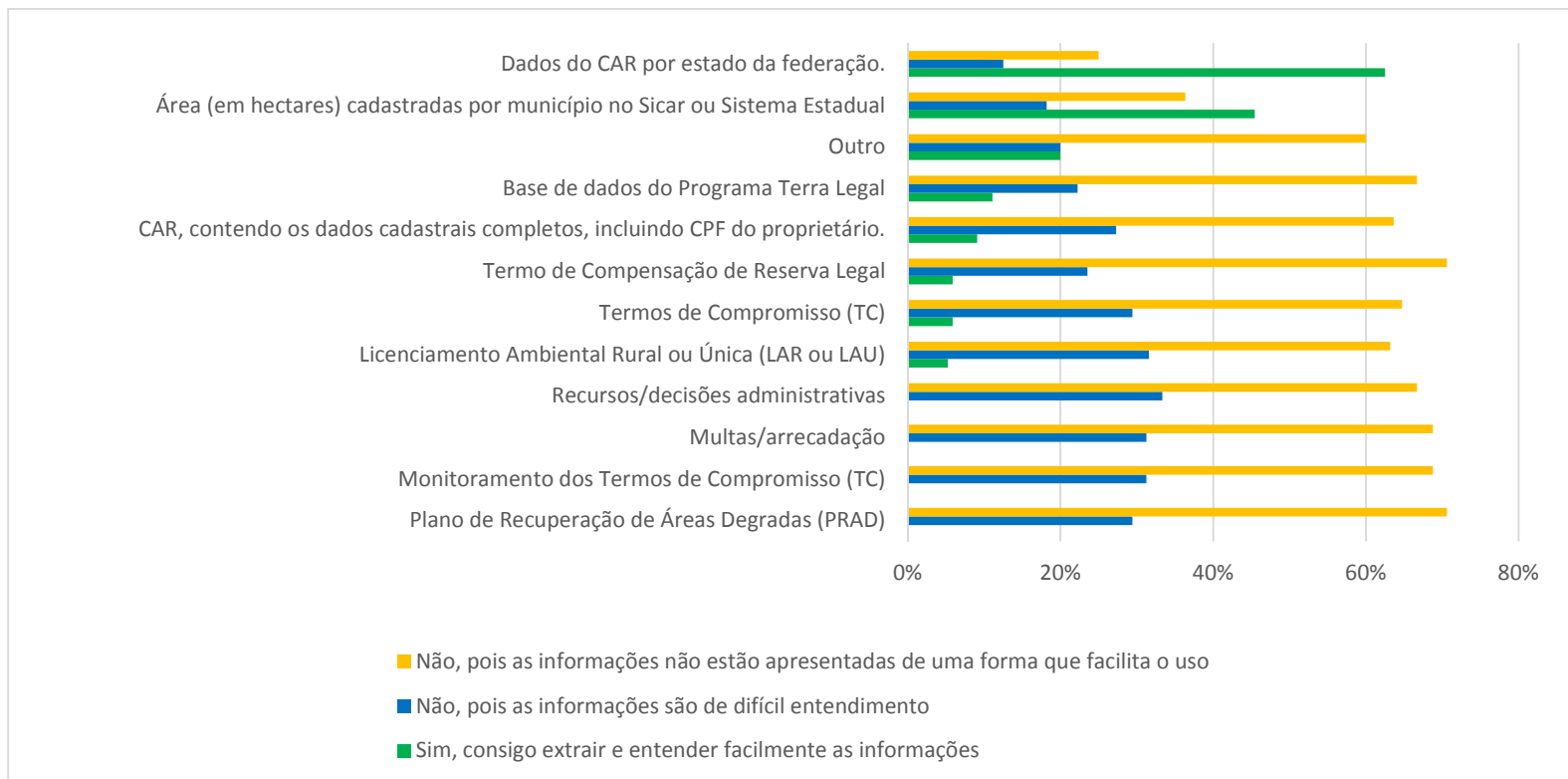


Figura 20. Avaliação da disponibilização adequada de informações sobre Regularização Ambiental.

Concessões Florestais

A informação com maior utilização pelos participantes no tema Concessões Florestais é o Plano de Manejo Florestal (Figura 21). Quando questionados sobre a disponibilidade, em 10 das informações listadas sobre concessões predomina a disponibilização na percepção dos usuários. (Figura 22). Grande parte das informações foram consideradas como disponibilizadas de maneira adequada (Figura 23).

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

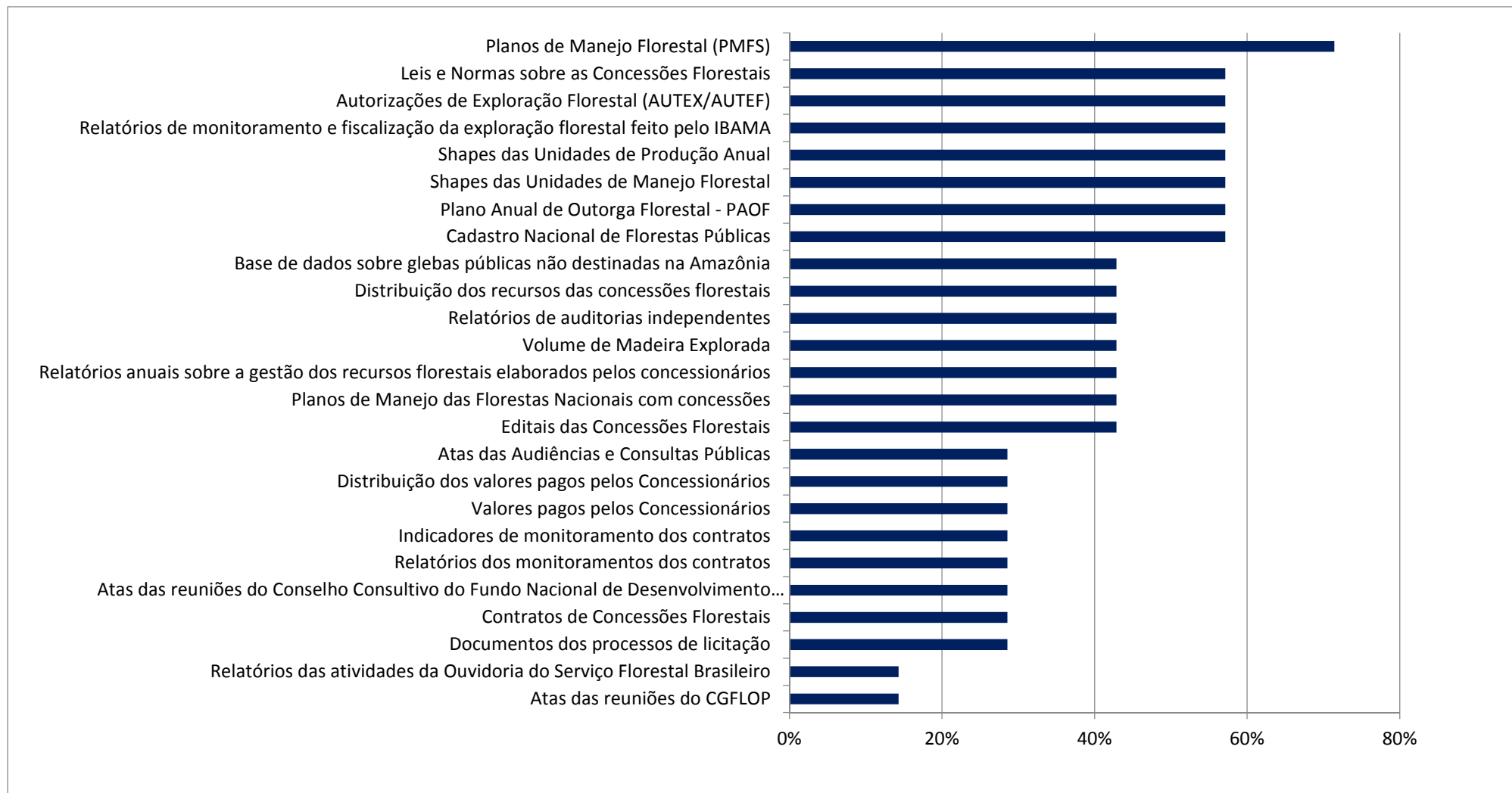


Figura 21. Informações necessárias para atuar no tema de Concessões Florestais.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

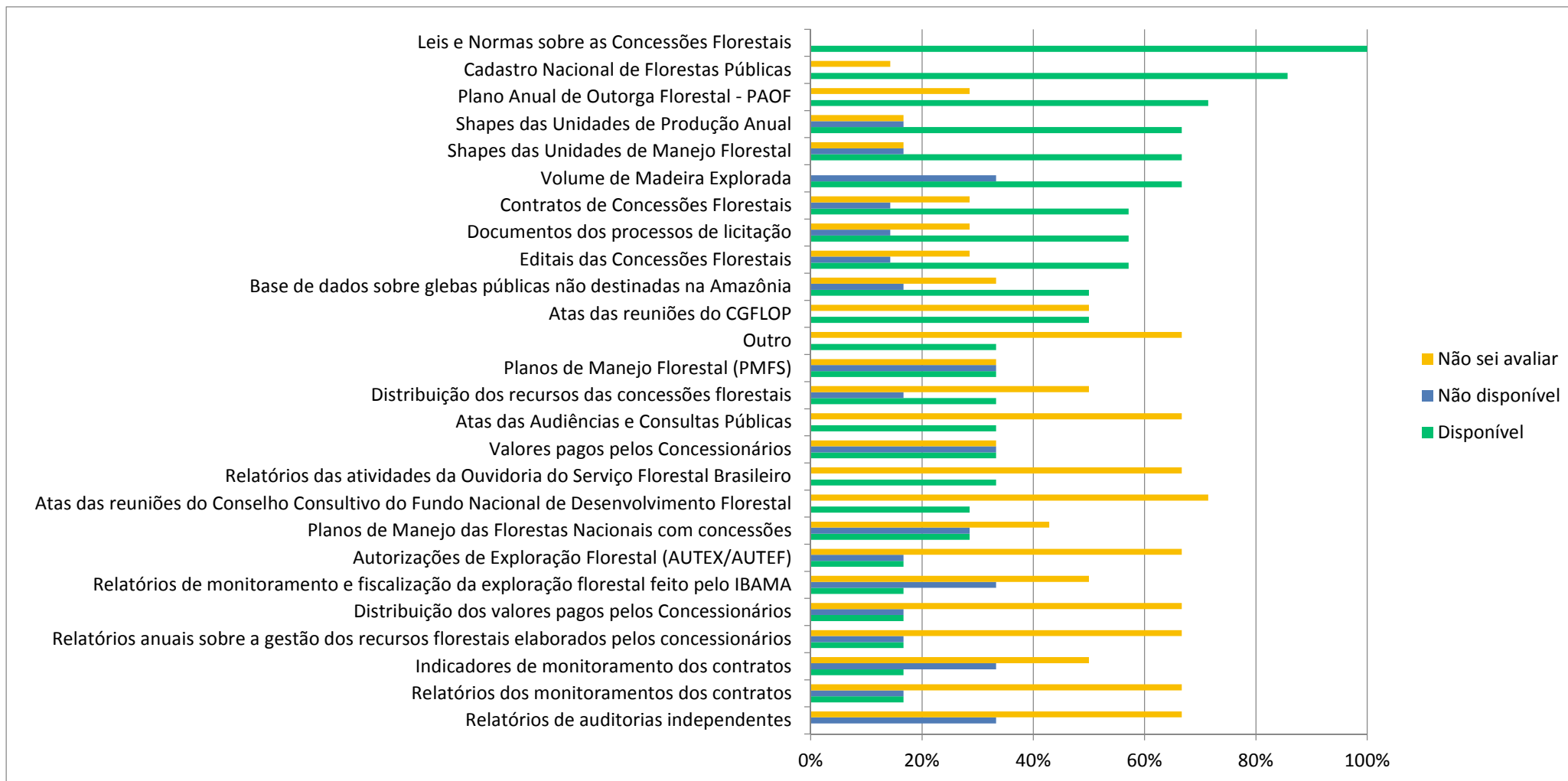


Figura 22. Avaliação quanto a disponibilização de informações sobre Concessões Florestais.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

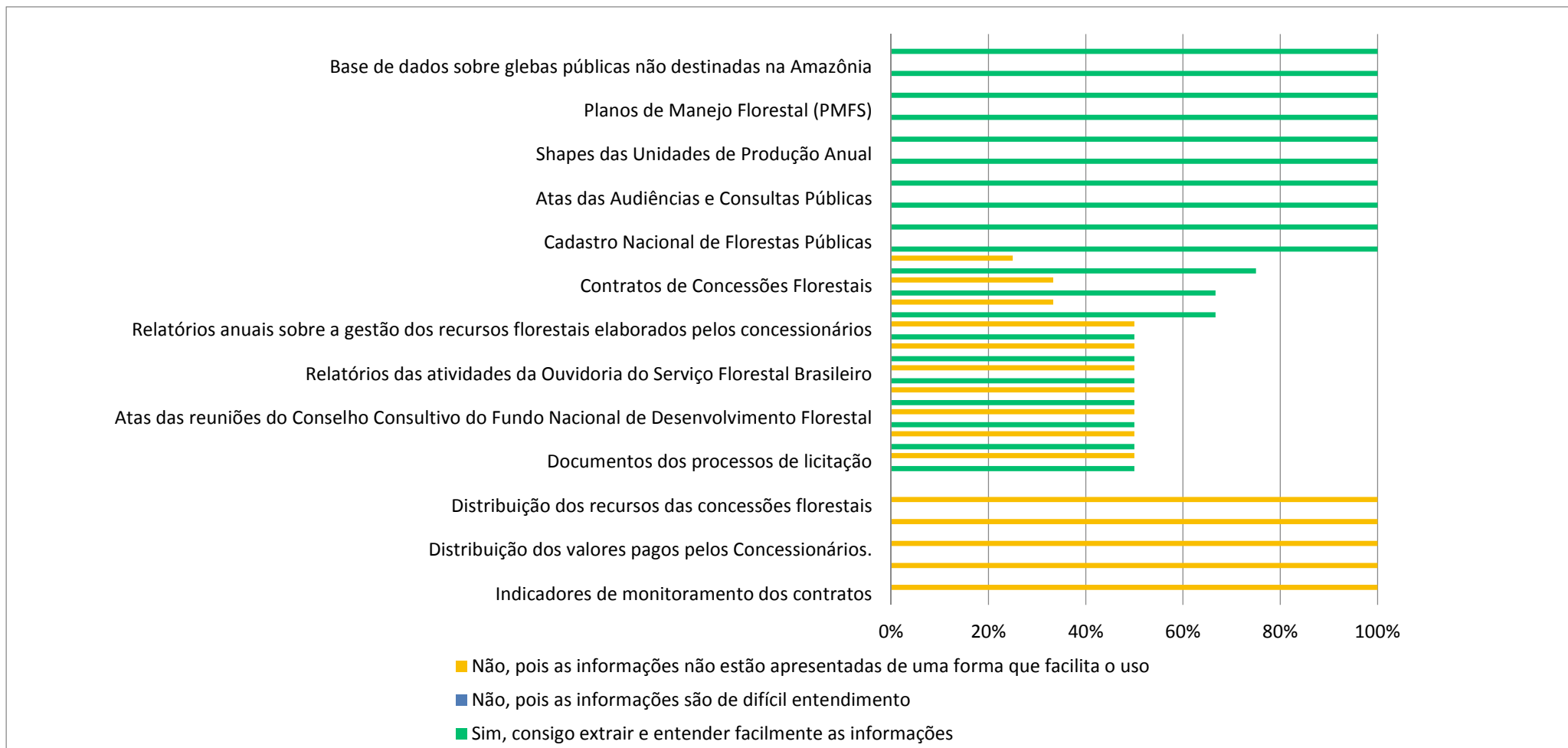


Figura 23. Avaliação da disponibilização adequada de informações sobre Regularização Ambiental.

Licenciamento Ambiental

Na agenda de Licenciamento Ambiental 11 informações tiveram mais de 60% de avaliações positivas sobre a necessidade de utilização. Os atos administrativos e os Termos de Referência para elaboração de EIA foram os dados tidos como mais necessários para o acompanhamento dos licenciamentos (Figura 24). Outras informações que não estavam listadas, mas foram citadas, são: atividades que devem ser licenciados ou dispensados de licenciamento, outorga e enquadramento de recursos hídricos e lista de áreas contaminadas.

Quando questionados sobre a disponibilidade das informações, os dados relacionados aos Termos de Referências, aos EIA/RIMA e Licenças foram aqueles onde predominaram a disponibilidade na percepção dos entrevistados (**Figura 25**). Em 5 das informações listadas, as avaliações negativas dos usuários quanto a disponibilização do dado foram superiores as positivas. As únicas informações onde as avaliações positivas sobre a disponibilização adequada sobressaíram foram aquelas voltadas as Licenças de Operação e Prévia (**Figura 26**).

Sobre o detalhamento das informações foi ressaltado que faltam detalhamentos das seguintes informações:

- EIA/RIMA: Avaliação sinérgica dos impactos e alternativas para o empreendimento
- Compensação ambiental e formas de aplicação: valores, quem recebe, monitoramento
- Necessidade de integração dos dados de outorga e licenciamento

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

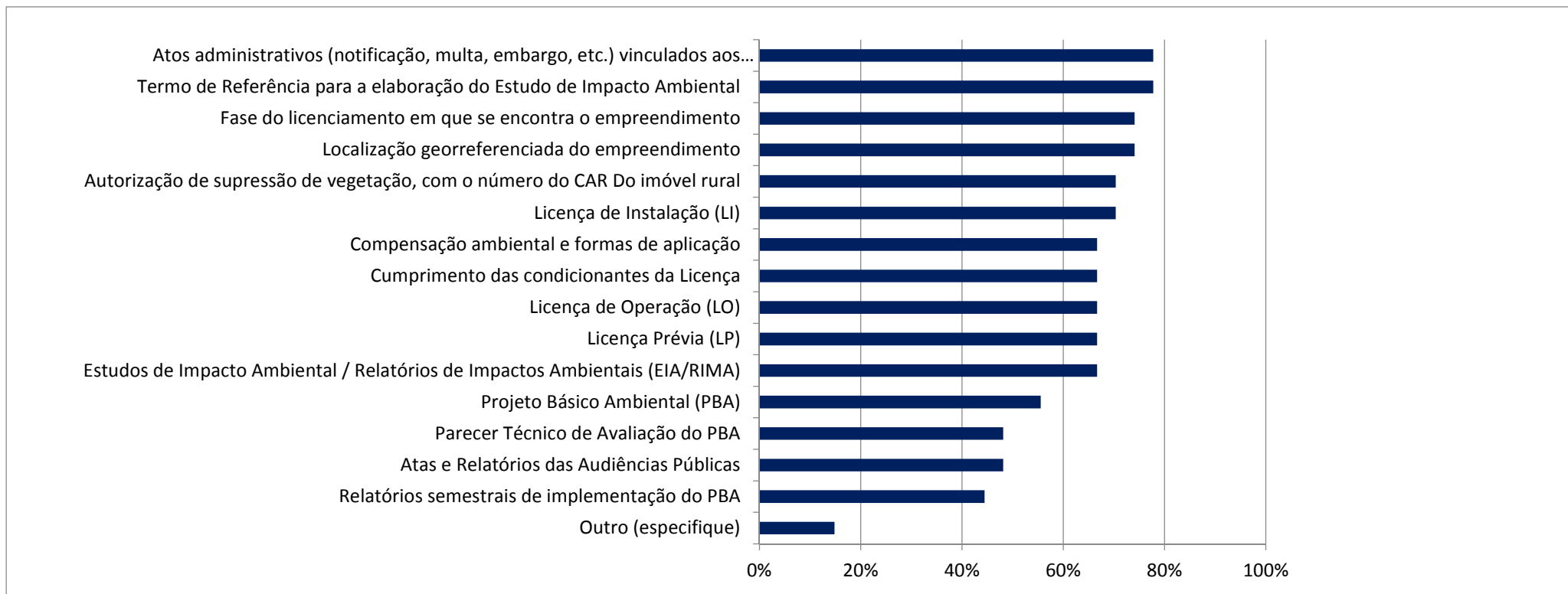


Figura 24. Informações necessárias para atuar no tema de Licenciamento Ambiental.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

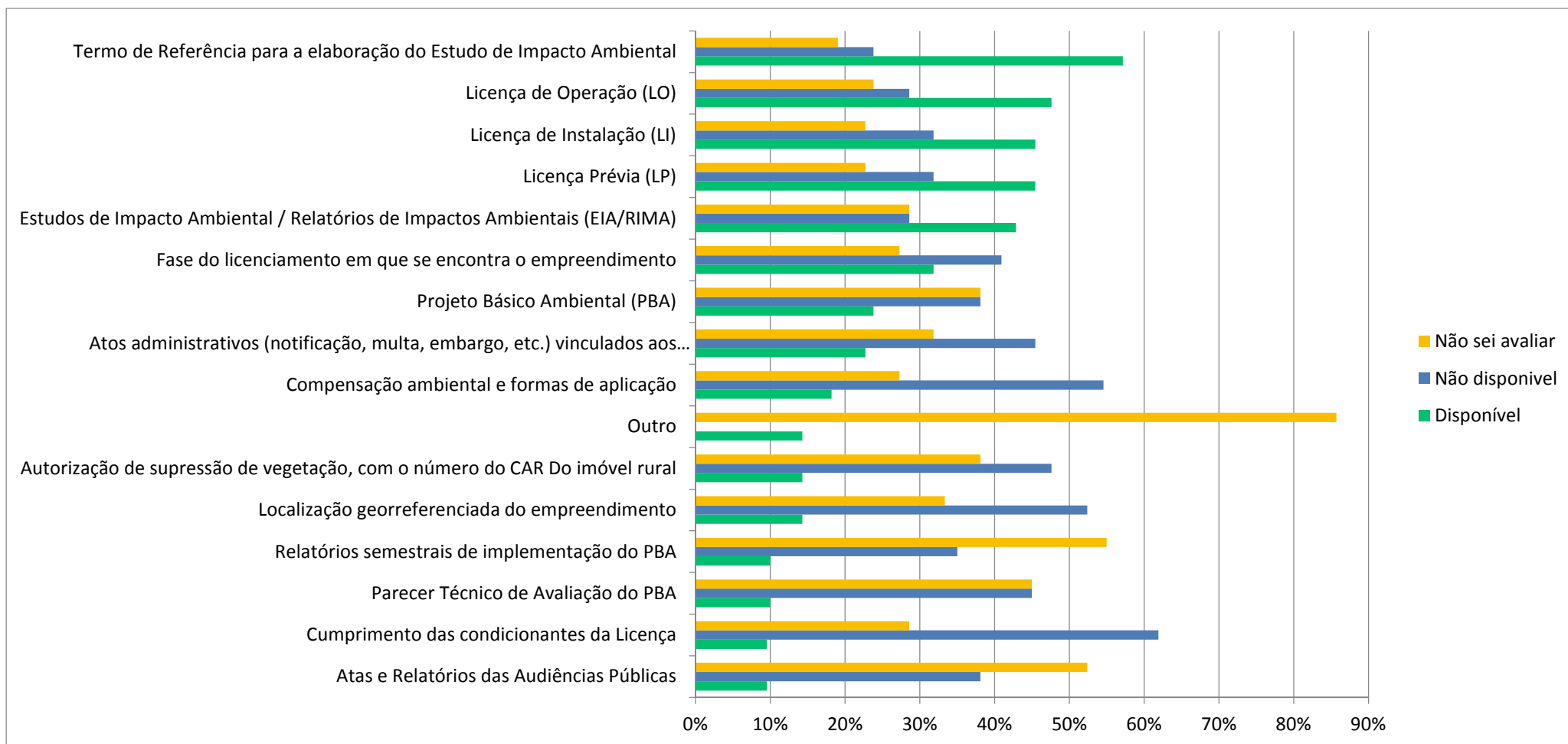


Figura 25. Avaliação quanto a disponibilização de informações sobre Licenciamento Ambiental.

**Resultados preliminares da consulta pública
Transparência Ambiental e dados abertos**

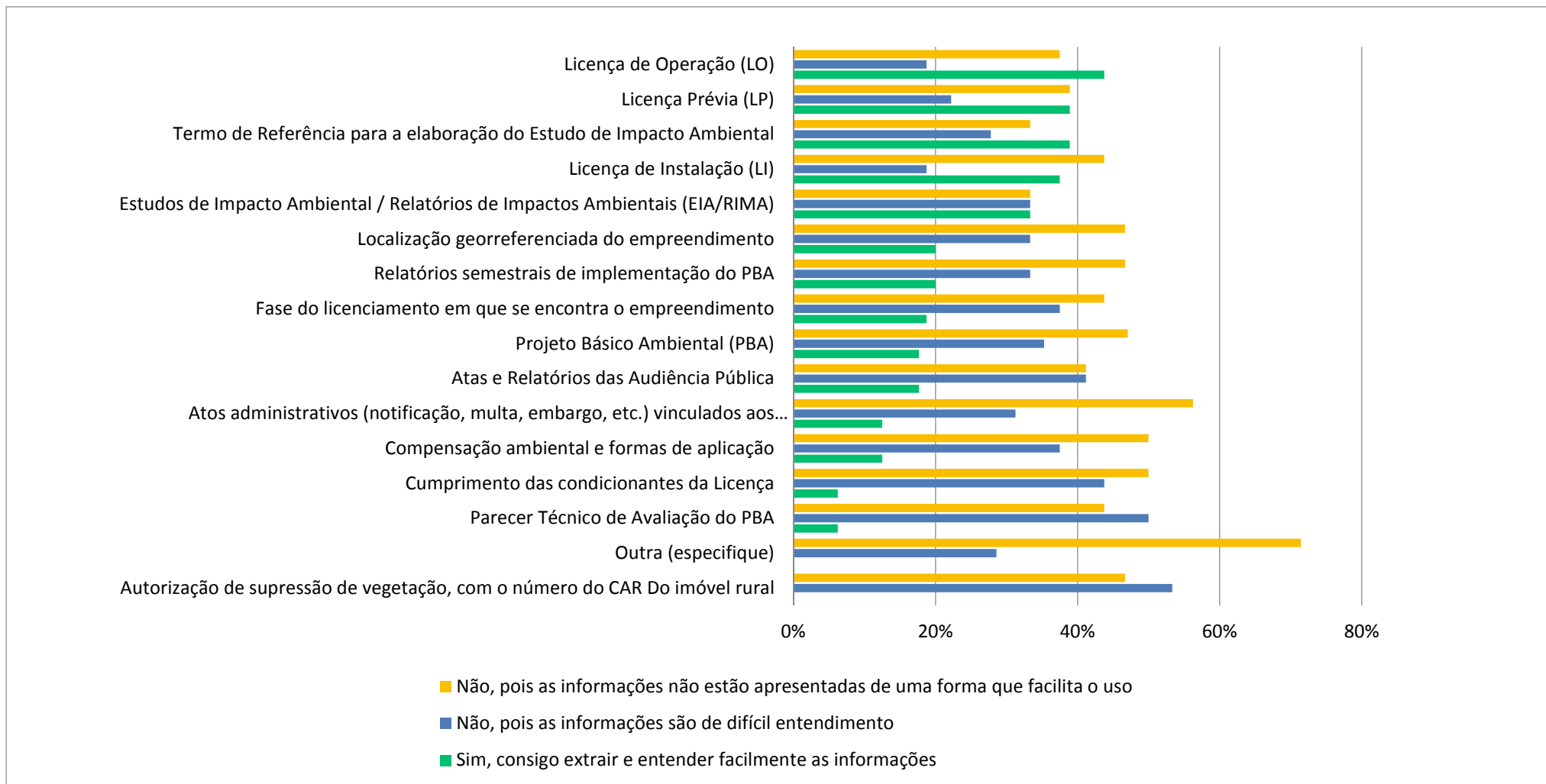


Figura 26. Avaliação da disponibilização adequada de informações sobre Licenciamento Ambiental.